

*A latinidade e as Luzes: a França, o Oriente e o lugar das Américas nas Lettres sur l'Amérique du Nord, de Michel Chevalier (1836)**

VALDIR DONIZETE DOS SANTOS JUNIOR**

Universidade de São Paulo

Resumo: Este artigo tem por objetivo discutir a construção de uma oposição entre “latinos” e “anglo-saxões” nas Américas por meio da análise da “Introdução” às *Lettres sur l'Amérique du Nord* (1836), de Michel Chevalier. Inspirado pelas ideias saint-simonianas e pela historiografia romântica francesa das primeiras décadas do século XIX, o autor, em seu relato de viagem, buscou estabelecer relações entre a abertura de canais interoceânicos que pusessem a Europa em contato com o Extremo Oriente, a “latinidade” da “América do Sul” e o papel da França em um mundo em que, cada vez mais, os “anglo-saxões” do Velho e do Novo Mundo pareciam ocupar posições de protagonistas. A compreensão dos significados do texto de Michel Chevalier se apresenta, nesse sentido, como essencial para uma análise sobre a elaboração do conceito de “América Latina” no século XIX.

Palavras-chave: América Latina, França, Oriente.

Résumé: Cet article vise à discuter la construction d'une opposition «latines»/«anglo-saxonnes» dans les Amériques, en analysant l'introduction des *Lettres sur l'Amérique du Nord* (1836), écrites par Michel Chevalier. Inspiré par les idées saint-simoniens et le romantisme historiographique française du début du XIXe siècle, l'auteur a établi des relations entre l'ouverture d'un canal dans le Panama, la «latinité» de «l'Amérique du Sud» et le rôle de la France devant les «anglo-saxonnes» de l'Ancien et du Nouveau Monde. Comprendre la signification du texte de Michel Chevalier est essentielle pour analyser le concept de « Amérique latine » dans le XIXe siècle.

Mots clés: Amérique latine, France, Orient.

* Recebido em 17 de março de 2016 e aprovado para publicação em 10 de junho de 2016.

** Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP). Possui Bacharelado e Licenciatura em História e Mestrado em História Social também pela USP. E-mail: valdir_tyrs@hotmai.com.

Introdução

Presente nos discursos políticos e geopolíticos nacionais e internacionais, no ofício docente, nos materiais didáticos, nos noticiários, nas opiniões emitidas pela imprensa e, de certa maneira, também na linguagem cotidiana, o conceito de “América Latina” se estabeleceu, ao longo dos dois últimos séculos, como uma designação geográfica, cultural e identitária predominante quando se pretende fazer referência às Américas de colonização ibérica e, em alguma medida, às regiões colonizadas pelos franceses.¹ Muito já se discutiu, entretanto, sobre a constituição dessa ideia, em meados do século XIX, como uma espécie de “tradição inventada” (HOBSBAWM; RANGER, 1997).

Dois textos, ambos proferidos ou publicados inicialmente em 1965, fundaram o debate sobre a “gênese” da ideia e do conceito de “América Latina”: “El origen de la idea de Latinoamérica”, do historiador norte-americano John Leddy Phelan (1993), e “La idea de Latinoamérica”, do filósofo uruguaio Arturo Ardao (1993). O primeiro, fruto de uma conferência realizada em homenagem ao famoso intelectual mexicano Edmundo O’Gorman, destacava as origens francesas do termo e as relacionava ao panlatinismo existente durante o regime imperial de Napoleão III (1851-1870) e aos seus interesses geopolíticos e econômicos sobre a América de colonização ibérica, especialmente durante a década de 1860. O segundo, veiculado pela revista de cultura uruguaia *Marcha*, afirmava a primazia da utilização do conceito por autores hispano-americanos radicados na Europa, ainda em fins da década de 1850, visando constituir uma contraposição entre as Américas “latina” e “anglo-saxônica” com o objetivo de denunciar os perigos representados pelos avanços desta última.²

¹ Sobre as colônias francesas na América, é curioso notar que não se questiona a presença do Haiti como parte da chamada “América Latina”, ao mesmo tempo em que antigos territórios franceses pertencentes atualmente aos Estados Unidos e, especialmente, o Canadá, possessão da França até o século XVIII e com forte influência cultural desse país até hoje são frequentemente associados à chamada “América Anglo-Saxônica”.

² Para um livro importante sobre o tema, ver Rouquié (1991). Entre os artigos que discutiram o tema, podem ser destacados Rojas Mix (1986), Funes (1996), Quijada (1998),

A polêmica que perpassou a “invenção” do conceito, expressa pela historiografia a partir da segunda metade do século XX, se encaminhou, muitas vezes, menos para um debate em torno dos significados e mutações vivenciados pelo termo, e mais para a discussão acerca da primazia e das origens francesas ou hispano-americanas de sua enunciação. Postas em paralelo, tais interpretações ressaltam uma ambiguidade central na história da construção da ideia de “América Latina”: de um lado, sua formulação como imposição externa, associada a interesses imperialistas e a estratégias geopolíticas de potências estrangeiras; de outro, sua utilização como elemento identitário e artefato de combate a esse mesmo imperialismo.

Para além da busca, apropriando-se aqui da definição clássica de Marc Bloch (2001), pelo “ídolo das origens”, parece importante destacar que ambos os textos, a despeito de suas perspectivas aparentemente conflitantes, reconhecem uma raiz comum para a formulação do conceito de “América Latina” ou, ao menos, para a afirmação da “latinidade” da América colonizada pelos países ibéricos: a “Introdução” às *Lettres sur l’Amérique du Nord*, publicada em 1836, pelo engenheiro saint-simoniano francês Michel Chevalier.

Michel Chevalier (1806-1879) é frequentemente apontado, se não como o inventor do conceito de “América Latina”, como aquele que primeiro afirmou a existência de uma América “latina” em sua “Introdução” às *Lettres sur l’Amérique du Nord* (1836), obra em dois volumes, resultante da viagem que realizou, entre 1833 e 1835, às Américas (CHEVALIER, 1836). Engenheiro formado pela Escola Politécnica e especialista em Minas, Chevalier foi enviado em missão oficial para os Estados Unidos, no contexto da chamada Monarquia de Julho (1830-1848), pelo então Ministro do Interior e de Obras Públicas do “rei-burguês” Luís Felipe de Orleans, Aldolphe Thiers, com o objetivo de analisar o sistema de comunicações

Romero (1998), Bruit (2003), Diniz (2007), Brandalise (2008), Bethell (2009), Aillón Soría (2009), Farret e Pinto (2011) e Tenorio Trillo (2012). Ver também os livros de Feres Junior (2005), Rolland (2005) e Mignolo (2007). Discuti algumas dessas questões em Santos Júnior (2013).

e as vias públicas naquele país.³ Na América, aproveitando sua viagem ao Novo Mundo, esteve ainda no México e em Cuba. Nas décadas seguintes a seu regresso tornou-se uma das figuras mais influentes da intelectualidade e da política francesa de então por meio de sua atuação como professor do Collège de France, como membro do Institut de France e da Société de Géographie de Paris, como senador e, finalmente, como um dos conselheiros mais próximos do imperador Napoleão III. Embora tenha, ao longo de sua carreira, elaborado textos importantes acerca de assuntos econômicos e sociais no contexto europeu e, especificamente, francês, nunca perdeu o Novo Mundo de seu campo de visão.

Antes, no entanto, de se analisar o texto de Michel Chevalier, parece necessário aqui discutir brevemente duas referências que se apresentam como centrais para a compreensão de suas *Lettres sur l'Amérique du Nord*: o socialismo saint-simoniano e a historiografia romântica francesa de inícios do século XIX.

Industrialismo e romantismo: o papel da França

Michel Chevalier foi, durante sua juventude, seguidor dos preceitos do chamado “socialismo utópico” de Claude Henri de Saint-Simon (1760-1825) e discípulo de um dos mais famosos saint-simonianos de sua época, Barthélemy-Proper Enfantin (1796-1864). Em linhas gerais, essa doutrina, iniciada por Saint-Simon e desenvolvida por seus seguidores na primeira metade do século XIX, pode ser apontada não somente como fiadora de princípios de um tipo de socialismo propriamente dito, mas, ironicamente, também de formulações ligadas à tecnocracia e à meritocracia. Resultado de um conjunto bastante complexo de ideias, essa vertente social defendida por tais pensadores tinha como eixos unificadores as concepções de divisão da sociedade entre setores produtivos e ociosos, em que estes últimos atuavam como parasitas e espoliadores dos demais, e a visão de que a indústria e o

³ Dessa missão, resultou o seguinte relatório: Chevalier (1840).

trabalho, de modo geral, devem se constituir como os elementos centrais da atividade humana (RUSS, 1991, p. 91).

Essas ideias, mescladas a um discurso que flertava com uma espécie de misticismo e messianismo, encontraram não somente na figura de Enfantin, chamado por muitos de “Le Père” (“O Pai”), mas também de alguns de seus adeptos, um desdobramento ao mesmo tempo coerente e ambíguo. A Escola Politécnica, maior centro de formação de engenheiros de Paris, onde estudou Chevalier, se constituiu como local de difusão do saint-simonismo na França, especialmente em seu viés industrialista e tecnocrático (CALLOT, 2008, p. 40-51). Os partidários dessa doutrina atuaram na defesa do desenvolvimento da indústria, dos meios de comunicação e de transporte não somente na França, mas também fora dela. Para além de sua participação na expansão do sistema ferroviário francês ao longo do século XIX, os saint-simonianos podem ser apontados entre os principais teóricos da construção de canais interoceânicos que promovessem o contato dos europeus com o Extremo Oriente (RUSS, 1991, p. 193-195). De acordo com Edmund Wilson (1986, p. 99), Saint-Simon, que esteve na América lutando contra os ingleses, teria sugerido, já em 1799, ao vice-rei da Nova Espanha à época, a construção de um canal que cortasse o istmo do Panamá.

O tema do Oriente e, conseqüentemente, sua ligação com o Ocidente, configurava-se como uma das balizas mais relevantes dessa doutrina política, associando-se, em seu discurso, a uma ideia de “missão civilizadora” ocidental e ao “progresso do espírito humano” (YANG, 2012). Os canais a serem construídos nos istmos de Suez e no Panamá funcionariam como elementos essenciais para a realização desses desígnios.

A edificação de vias interoceânicas ligando a Europa à Índia e à China se apresentava como um dos temas mais relevantes especificamente da obra de Enfantin: os istmos de Suez e do Panamá eram apontados por “Le Père”, em alguns de seus escritos, como as duas metades do que chamava “l’œuvre industrielle” (“a obra industrial”). As “perfurações” do Egito e, posteriormente, da América Central se configuravam como partes de uma grande obra de interligação do globo sob os auspícios do Ocidente. Em carta enviada a Émile Barrault, em agosto de 1833, Enfantin declamava:

A nós, cabe fazer,
Entre o antigo Egito e a velha Judeia,
Uma das duas novas rotas da Europa
Rumo à Índia e à China,
Mais tarde, abriremos também outra
No Panamá.
Colocaremos, pois, um pé sobre o Nilo,
Outro sobre Jerusalém,
Nossa mão direita se estenderá em direção à Meca.
Nosso braço esquerdo cobrirá Roma
E se apoiará ainda sobre Paris (ENFANTIN, 1866, p. 56).⁴

Fincar os pés no chamado Oriente Médio, por meio do canal de Suez, e abrir novas rotas europeias para o Oriente constituíam-se, na pregação de Infantin, apenas como a metade da “obra industrial” propugnada por “*Le Père*”, a qual estaria completa somente com abertura de uma passagem marítima no Panamá. Bastante próximo de Infantin durante grande parte da primeira metade da década de 1830, Michel Chevalier não deixou de discutir esse assunto em sua viagem à América como se poderá perceber nas páginas seguintes.

Entretanto, o debate acerca de questões relativas ao “industrialismo” dos saint-simonianos e à abertura de canais interoceânicos ligando o Ocidente ao Oriente, embora essencial, não basta para a compreensão das ideias sobre a “latinitude” da América ibérica em Michel Chevalier. É preciso aqui, nesse sentido, apontar brevemente para alguns aspectos relacionados ao romantismo historiográfico francês da primeira metade do século XIX. Primeiramente, é importante ressaltar que não é objetivo deste texto se debruçar especificamente sobre o tema do Romantismo como fenômeno cultural e histórico em termos gerais, mas apontar para algumas de suas características no campo da escrita da História (GUINSBURG, 1979; SALIBA, 2003). De maneira geral, no tocante à historiografia, é possível dizer que as narrativas do passado realizadas pelos autores românticos deixaram, em grande medida, de apresentar-se, nesse período, tanto como

⁴ A tradução dos textos publicados originalmente em francês é de minha autoria. Quaisquer equívocos a esse respeito são de minha inteira responsabilidade.

escatologias teológicas ligadas a desígnios divinos e a passagens bíblicas, quanto como crônicas dos grandes reis e de “vidas ilustres” para tornar-se, em outro sentido, a biografia dos povos, dos grupos culturais e das nações. Segundo Jacob Guinsburg, “a história romântica traça a trajetória de cada povo, país ou nação como se ela fosse imbuída de um *telos*, de uma finalidade a presidir-lhe o sentido de sua existência” (GUINSBURG, 1979, p. 18). Jules Michelet (1798-1874) apresenta-se, dessa forma, como um dos autores paradigmáticos dessa historiografia romântica francesa.

Para os interesses deste texto, valeria a pena um breve comentário sobre *Introduction à l'Histoire Universelle* (1831), obra escrita sob o impacto da Revolução de 1830 na França, em meio ao processo de queda do governo da Restauração, à época sob Carlos X, e à ascensão ao trono do “rei-burguês” Luís Felipe de Orleans. Em seu prefácio, Michelet ressaltava que a despeito de seu título, tal livro poderia, sem prejuízo ao seu conteúdo, ser nomeado “Introdução à História da França”. Mais do que isso, embebido por esse ideal e inspirado pelos eventos que havia acabado de presenciar, defendia tese de que a França estava fadada a ser “daqui em diante o piloto da nau da humanidade” (MICHELET, [s. d.], p. 401). Tal concepção aparecia de maneira lapidar na seguinte argumentação:

Toda solução social ou intelectual se mantém infecunda para a Europa, até que a França a tenha interpretado, traduzido, popularizado [...].

À medida que esse sentimento vem à tona entre os outros povos, eles simpatizam com o gênio francês, eles se voltam para a França; eles discernem, ao menos por sua muda imitação, o pontificado da nova civilização. O que há de mais jovem e mais fecundo no mundo, não é a América, criança séria que imitará ainda por muito tempo, é a velha França renovada pelo espírito (MICHELET, [s. d.], p. 468-469).

A concepção de Michelet, exposta no texto acima, destacava de maneira bastante assertiva a posição da França no concerto internacional das nações como a “pátria das Luzes”, como o país que se, muitas vezes, não cria novas soluções e situações sociais, constitui-se sempre como o

centro difusor das ideias mais renovadoras de seu tempo. Na sequência dessa exposição, Michelet ia além, afirmando a “latinidade” francesa e o papel de liderança do “país das Luzes” em relação às nações europeias nascidas dessa mesma cepa:

Enquanto a civilização encerra o mundo bárbaro nas estufas invencíveis da Inglaterra e da Rússia, a França abraçará a Europa em toda a sua profundidade. Sua íntima união será, não duvidemos disso, com os povos de línguas latinas, com a Itália e a Espanha, essas duas ilhas que somente podem se entender com o mundo moderno por intermédio da França.

Líder dessa grande família, a França renderá ao gênio latino algo da preponderância material que teve na Antiguidade, da supremacia espiritual que obteve na Idade Média. Nos últimos tempos, o acordo de família que unia a França, a Itália e a Espanha, em uma aliança fraterna, era uma imagem vã dessa futura união que deve as reaproximar em uma comunidade de vontades e pensamentos (MICHELET, [s. d.], p. 469-471).

A França deveria, pois, como se depreende do texto de Michelet, liderar os demais países “latinos” da Europa, nomeadamente a Itália, nessa época ainda não unificada, e a Espanha. A esse respeito, alguns aspectos merecem ser destacados. Em primeiro lugar, deve-se ressaltar a posição ambígua que a ideia de “latinidade” adquire no excerto, funcionando, ao mesmo tempo, como signo de identidade e alteridade entre França, Itália e Espanha. Por um lado, conceitos como “união” e “fraternidade” denotariam uma identidade entre essas três nações; por outro, as ideias que atribuíam à França o papel de “líder dessa grande família” e “intermediária” entre suas “irmãs” e o “mundo moderno” explicitariam uma clara hierarquia em que a “pátria das Luzes” ocuparia o topo. Fica evidente, dessa maneira, o lugar da França, estabelecido por seus próprios letrados, como o país a liderar e conduzir a “latinidade” europeia na rota da modernidade.

Ao se tomarem em conjunto as concepções do industrialismo saint-simoniano e do romantismo historiográfico de Michelet, seria possível apontar para alguns tópicos que estavam circulando no ambiente

intelectual e político francês na início da década de 1830 e que certamente atuavam como referências na composição da “Introdução” de Michel Chevalier as suas *Lettres sur l’Amérique du Nord*. Partindo de uma ideia que destacava a centralidade francesa como eixo difusor de “luzes” e “civilização”, ambas as correntes explicitavam concepções que definiam a França como origem e farol da modernidade, seja por meio de uma visão mais prática que apontava para projetos estruturais, como a construção de canais que permitissem a circulação de pessoas, ideias e mercadorias ao redor do globo, promovendo assim uma marcha inalienável do “progresso” e da “modernidade”; seja por meio de uma visão idealista que previa como destino da nação francesa a responsabilidade pela vitória irreversível da “civilização”.⁵ Essas ideias, somadas à pretensa liderança francesa em relação aos povos latinos, formam algumas das balizas que permitem uma leitura mais aprofundada dos textos desse autor.

A América entre dois mundos

Um dos eventos mais inusitados da história do socialismo saint-simoniano é, sem dúvida, a experiência liderada por Enfantin, em 1832, da qual além de Michel Chevalier, fizeram parte mais quarenta discípulos de “*Le Père*”, em que uma comunidade utópica baseada em uma cultura de subsistência foi constituída em Ménilmontant. Acusados de atentarem contra a ordem pública, já sob o governo da Monarquia de Julho, alguns de seus participantes foram presos na cadeia de Sainte-Pélagie, incluindo-se aqui os próprios Enfantin e Chevalier, que, logo em seguida, aparentemente sem maiores motivos, romperam sua relação durante o período em que estiveram no cárcere (WILSON, 1986, p. 98-99; CALLOT, 2008, p. 195-202). Se Chevalier se dirigiu, enviado pelo governo francês, após seu período na prisão, para a América, Enfantin, após deixar Sainte-Pélagie,

⁵ Sobre a constituição, no século XIX, de uma visão “francocêntrica” entre os letrados franceses, especificamente nas páginas da *Revue des Deux Mondes*, ver: Prado (2010, p. 195-202; 2014, p. 613-630).

em agosto de 1833, decidiu partir para o Egito. No Cairo, escrevendo, em 1834, a dois de seus mais fiéis discípulos, Henri Fournel e Charles Lambert, “Le Père” destacava, a despeito de seu rompimento com aquele a quem chamava simplesmente de Michel, o papel de “preparadores” que os saint-simonianos, destacadamente ele e o próprio Chevalier, teriam na grande obra universal que se constituiria a partir da ligação do Ocidente com o Oriente: “Tenho [...] a fé *ilimitada* que a obra far-se-á [...]; falo da obra de *Suez*, que é somente a metade da OBRA INDUSTRIAL; tenho a fé também quase ilimitada que MICHEL [Chevalier] não fará [a obra] do Panamá, mas que ele a *preparará*” (ENFANTIN, 1866, p. 194).

Enfantin, portanto, se arrogava no Egito o papel de preparador da “obra industrial”, representada em uma de suas faces por Suez, bem como apontava para a figura de Chevalier como aquele que teria papel equivalente na abertura do canal do Panamá. Independentemente da consciência de Chevalier a esse respeito, essa questão é central no texto do autor, perpassando não somente suas preocupações econômicas, mas também ideológicas e identitárias.

Parece importante destacar, nesse ponto, que a construção de canais interoceânicos no Oriente Médio e na América Central, ressaltava um ponto central do texto de Chevalier: as maneiras de promover contatos entre o Ocidente e o Oriente sob o protagonismo francês.

Muito já se discutiu acerca da construção de imagens representativas dos “orientais” elaboradas pelos “ocidentais”, convencionalmente compreendidas por meio do chamado “orientalismo”.⁶ É possível dizer, nesse sentido, que as formulações contidas a esse respeito nos textos saint-simonianos podem ser apontadas como bastante relevantes não somente para a constituição de um “orientalismo teórico” na França, mas, de maneira

⁶ De acordo com clássico de Edward Said (2007, p. 29): “O Orientalismo é um estilo de pensamento baseado numa distinção ontológica e epistemológica feita entre o “Oriente” e (na maior parte do tempo) o “Ocidente”. Assim, um grande número de escritores, entre os quais poetas, romancistas, filósofos, teóricos políticos, economistas, e administradores imperiais têm aceitados a distinção básica entre o Leste e o Oeste como ponto de partida para teorias elaboradas, epopeias, romances, descrições sociais e relatos políticos a respeito do Oriente, seus povos, costumes, ‘mentalidade’, destino e assim por diante”.

mais ampla, pelo estabelecimento de projetos políticos e econômicos pragmáticos para o Oriente.

Mesmo que se constituísse como um tema menor nos escritos do próprio Saint-Simon, essa questão ocupou lugar importante nas obras de seus discípulos. As discussões, entre os saint-simonianos, em torno da divisão do mundo entre Ocidente e Oriente apresentavam frequentemente não somente uma clara centralidade da França nesses projetos de interligação, mas, principalmente, caracterizava, muitas vezes, uma simbiose entre os desígnios desse país e os do Ocidente como um todo, como se pode perceber na introdução de um livro publicado pouco antes do relato de Chevalier e citado por este em sua introdução, intitulado não por coincidência *Les deux mondes*, de autoria do discípulo de Enfantin, Gustave D'Eichthal. Em suas palavras:

Há em nosso planeta duas grandes divisões, o Ocidente e o Oriente (a); duas grandes fés religiosas, o cristianismo e o islamismo (b); dois povos e duas cidades que representam particularmente o hemisfério ao qual pertencem; para o Ocidente, os franceses e Paris, para o Oriente, os turcos e Constantinopla (c) (D'EICHTHAL, 1836, p. 3-4).

Os franceses constituíam-se, nesse sentido, como o povo “representativo” do hemisfério ocidental e Paris, sua “cidade-luz”.

Em Enfantin, em outro sentido, no subtexto das já citadas ideias de “missão civilizadora” e “progresso da humanidade” que resultariam na “comunhão” entre o Ocidente e o Oriente, cuja síntese seria a construção de canais interoceânicos nos istmos de Suez e do Panamá, estava posta uma associação, mais ou menos direta, entre a “masculinidade” ocidental e a “feminilidade” oriental.⁷ Essa ideia, esposada de maneira bastante incisiva por Chevalier em *Lettres sur l'Amérique du Nord*, atribuía aos povos características pretensamente masculinas ou femininas. Segundo ele,

⁷ Sobre essa questão entre os saint-simonianos, ver Yang (2012, p. 188-211). Sobre as associações Ocidente/Masculino e Oriente/Feminino e suas implicações nos discursos culturais, ver: Shohat; Stam (2006).

sintetizando enunciações de seu antigo mestre, “o Ocidente é macho em relação ao Oriente” (CHEVALIER, 1836, p. 418).

A relação entre Ocidente e Oriente, exposta nesses termos, ocupou, ao mesmo tempo, posição importante em textos anteriores de Chevalier. Em *Système de la Méditerranée*, publicado em 1832, o autor afirmava a necessidade do estabelecimento da paz na Europa como condição para o “progresso” e a “emancipação dos povos” e destacava a reconciliação entre Ocidente e Oriente como meio a ser perseguido para a obtenção desse objetivo. Em um texto repleto de metáforas matrimoniais e sexuais, o Mediterrâneo era visto como um espaço que deveria se tornar, de acordo com o argumento de Chevalier, o “leito nupcial” da “comunhão” entre o “Oriente-corpo” e “Ocidente-espírito” (CHEVALIER, 1832, p. 31-33). Essa reunião deveria ser feita, em termos práticos, por meio de uma rede de estradas de ferro ligando as diversas regiões ao redor do Mediterrâneo (o chamado “Sistema do Mediterrâneo”), o qual marcaria o início de uma era de “associação universal” e “regeneração moral” do globo, cujo eixo seria, evidentemente, a cidade de Paris.

As relações entre o Ocidente e o Oriente ocupavam, curiosamente, uma parte considerável da “Introdução” às *Lettres sur l’Amérique du Nord*, formando um conjunto de elementos importantes para a compreensão da argumentação de Chevalier. Em primeiro lugar, o autor destacava a existência sobre o globo de duas grandes civilizações, ambas nascidas na “velha Ásia” e no “Alto Egito”. A primeira delas marcharia rumo ao oeste e seria responsável pela formação da Europa. Essa civilização, chamada “ocidental”, essencialmente europeia, não caminhará em linha reta, mas alternaria entre alguns períodos de preponderância do Norte (*Nord*) e outros do Sul (*Midi*). O Sul enviaria ao Norte os germes da civilização; o Norte, pelo contrário, atuaria no sentido despertá-la em tempos de “sono profundo”. Essa relação pendular poderia ser exemplificada, como se pode depreender do texto de Chevalier, pela expansão da civilização romana, para o primeiro caso, e pelas invasões bárbaras, para o segundo.

Para além dessa primeira civilização, uma outra teria se desenvolvido em sentido inverso, em direção ao leste, passando pela Índia e culminando no Japão e na China. Essa civilização, chamada aqui de “oriental”, era

descrita por Chevalier como menos móvel e menos ativa que a “ocidental”, a despeito de, em outros tempos, ter sido responsável por importantes inventos como a bússola, a imprensa ou a pólvora. Essas duas formações sociais vistas como distintas durante muito tempo, por seguirem seu caminho por vias opostas, estariam, como exposto no excerto seguinte, próximas de se reunirem por intermédio da presença “ocidental/europeia” na América:

As duas civilizações ocidental e oriental, recolhidas em feixes atados às duas extremidades do velho continente, uma de costas para o outra, estavam separadas por um espaço imenso, até que a primeira fosse se estabelecer na América. Hoje mais da metade da distância foi transposta; o México e a América do Sul estão cobertos de rebentos da civilização ocidental, tanto sobre a encosta que mira a Ásia, como sobre aquela que está em face de nós; os Estados Unidos não se demorarão a se estender, eles também, de um mar a outro; as ilhas do mar do Sul começam a se povoar de europeus. Desse ponto de vista, é claro que a América, posta entre as duas civilizações, está reservada a altos destinos e que os progressos realizados pelas populações do Novo Mundo importam no mais alto grau ao progresso geral da espécie. O contato entre as duas civilizações, ocidental e oriental, é, não obstante, o mais importante assunto do qual o espírito humano pode se ocupar (CHEVALIER, 1836, p. VI).

À América estaria reservado, portanto, um lugar central no desenvolvimento do “progresso geral da espécie”, especificamente por sua geografia propícia para reunir o Ocidente e o Oriente, resultando na remissão política, religiosa, moral, intelectual e industrial do gênero humano. Na argumentação de Chevalier, para além de sua retórica repleta de desígnios sublimes e quase transcendentais, o comércio ocupava uma posição de destaque. Segundo ele, desde Luís XIV, os comerciantes, apontados pelo autor como “pioneiros da política”, vinham ensaiando uma aproximação com a China, visando constituir um sistema regular de trocas

entre a Europa e o promissor mercado chinês, que, à época, possuía uma população de aproximadamente duzentos milhões de pessoas. No século XIX, cercados pelos europeus por todos os lados, os chineses se abririam, mais cedo ou mais tarde, aos ocidentais:

A emancipação da América do Norte e, mais recentemente, a supressão do monopólio da companhia inglesa das Índias, deram aos esforços do comércio uma intensidade insuperável. Diante disso, as leis que fecham o império celestial estão sem força. A China está cercada, ao sul pelos ingleses da Índia ou por seus tributários; ao norte, pelos Cossacos, vanguarda da Rússia; as frotas britânicas e as esquadras americanas a espiam das costas do Oceano; os espanhóis adormecidos do México e das Filipinas, lembrando-se de seus galeões, têm sobre ela seus olhos entreabertos. O gênero humano acaba de tomar posse de novos meios de comunicações que encurtam as distâncias em uma proporção inesperada. As duas civilizações não tardarão a se aproximar e a se misturar. Esse será o maior feito da história da espécie humana (CHEVALIER, 1836, p. VII-VIII).

Parece importante ressaltar aqui, mais uma vez, a relação intrínseca estabelecida pelo texto, entre as conexões de ocidentais e orientais, consideradas por Chevalier como o “maior feito da espécie humana”, e a atividade comercial cada vez mais intensa dos europeus em meados do século XIX. Ressaltava-se assim, entre a apresentação de um projeto universalista francocêntrico e o pragmatismo das grandes empresas, o papel da atividade econômica no projeto de “associação universal” no texto do autor das *Lettres sur l'Amérique du Nord*.

Tendo desenvolvido sua tese, segundo a qual a civilização “ocidental/europeia” marcharia, na maior parte das vezes, em direção ao oeste, Michel Chevalier localizava naquele início de século XIX, um momento de inflexão nesse processo de expansão, em que, concluída a colonização da América, os ocidentais deveriam, sem abandonar seus enclaves americanos, voltar também seus olhos para as regiões habitadas pelos povos árabes. Esse reposicionamento da atuação europeia deveria levar a “civilização

ocidental” à busca por desenvolver dois caminhos para que se alcançasse o chamado Extremo Oriente, um deles na América e outro no chamado Oriente Próximo, promovendo, dessa maneira, a construção de novos canais interoceânicos nos istmos de Suez e do Panamá:

Atualmente, a superioridade incontestável adquirida pelos Ocidentais em riquezas, em recursos mecânicos, em meios de transporte, na arte da administração e da guerra, lhes permite postar-se hoje na direção da Ásia, a mais longínqua, através do velho mundo. Os povos que temos o hábito de chamar Orientais, mas que apenas são o *Pequeno Oriente*, cessaram de ser para a Europa adversários temíveis [...]. Hoje, enfim, a colonização da América está terminada, da baía do Hudson ao cabo Horn. A Europa pode e deve se mover na direção do Levante tanto quanto rumo ao Poente. O istmo de Suez tem tantas chances quanto o istmo do Panamá para se tornar a passagem da civilização ocidental em suas expedições rumo ao *Grande Oriente* (CHEVALIER, 1836, p. IX-X).

Os canais interoceânicos de Suez e do Panamá representariam, nesse sentido, as vias de passagem da “civilização ocidental” em seu caminho irreversível na direção do Oriente distante. Destacada, na “Introdução” às *Lettres sur l’Amérique du Nord*, a superioridade em termos de riqueza, recursos mecânicos, meios de transporte, administração e guerra dos ocidentais, a marcha de letrados, mercadores, comerciantes, exploradores e colonizadores começava a se desenhar e interligar o globo no século XIX, redefinindo, no texto de Chevalier, projeções a respeito dos lugares da França e das Américas nesse novo contexto internacional.

A França e a “latinidade” das Américas

A partir das discussões expostas acima acerca do lugar da América no projeto de ligação entre Ocidente e Oriente a partir de uma perspectiva francesa, emergia um novo elemento na argumentação de Chevalier: a tese acerca da existência de “duas Américas” sobre o Novo Mundo.

Para o viajante francês, a civilização europeia procedia de duas formações sociais primitivas, os romanos e os povos germânicos, que originaram, inicialmente, “duas Europas”, uma “latina” e outra “teutônica”: a primeira compreendida pelos povos do sul (Midi) e a segunda, pelos do norte; a primeira, católica e a segunda, protestante; uma delas teria seus idiomas descendendo do latim e outra, suas línguas de origem germânica. A mesma estrutura, segundo ele, teria se reproduzido entre os povos do Novo Mundo: “Os dois ramos, latino e germânico, se reproduziram no Novo Mundo. A América do Sul é, como a Europa Meridional, católica e latina. A América do Norte pertence a uma população protestante e anglo-saxônica” (CHEVALIER, 1836, p. X). Segundo Chevalier, tanto “latinos” quanto “germânicos” dos dois continentes teriam plenas condições, por seu desenvolvimento, de penetrar, de maneira definitiva, na “imóvel Ásia”. Entretanto, alguns problemas se apresentavam, nesse sentido, para os povos “latinos” da Europa e da América.

De acordo com o autor das *Lettres sur l'Amérique du Nord*, se no passado os “latinos” foram hegemônicos em relação aos demais povos, naquele momento, em meados do século XIX, corriam o risco não somente de serem superados pelos “teutônicos”, especialmente pelos ingleses, mas também por um novo grupo entre os elementos constituintes da civilização europeia: os eslavos do leste europeu, representados principalmente pela Rússia. Segundo Chevalier, apenas ingleses e russos pareciam mostrar interesse sobre a “Ásia longínqua”, pressionando suas fronteiras sobre a terra e sobre os mares. Os povos latinos deveriam, nesse sentido, reagir frente a essa situação: “Os povos de cepa latina não devem, no entanto, permanecer inativos diante do que se prepara; eles não podem sem incorrer à decadência. É uma admirável ocasião que se lhes oferece para reconquistar a posição que perderam” (CHEVALIER, 1836, p. XI).

Diferentemente de Michelet, que, cinco anos antes, defendia uma visão extremamente otimista sobre o lugar da França no concerto internacional das nações, Chevalier demonstrava certa preocupação a respeito da posição de seu país diante de avanços de russos e, principalmente, de anglo-saxões e propunha alguns possíveis caminhos para seus compatriotas. As projeções econômicas e geopolíticas francesas passavam, entretanto, nesse contexto,

por algumas determinações identitárias no texto do autor. Nessa Europa de “três faces” – latina, germânica e eslava –, Chevalier afirmava a hibridez essencial de dois países do Velho Continente: a Áustria – influentíssima na primeira metade do século XIX, meio germânica, meio eslava e, não obstante, católica – e a França – mescla de latinos e germânicos. Esses dois países, por sua natureza, tinham, segundo o autor, como função promover o equilíbrio de forças na balança europeia e, ao mesmo tempo, canalizar esforços quando seus interesses convergissem para o “bem comum”. Ambos exerceriam, dessa maneira, influência decisiva sobre os destinos europeus. Na França, “católica por sentimento, e protestante por humor” (CHEVALIER, 1836, p. XI), a despeito de sua formação mista, havia, de acordo com Chevalier, uma predominância de caracteres latinos.

A identidade latina dos franceses possuía, na “Introdução” às *Lettres sur l'Amérique du Nord*, assim como na já citada obra de Michelet, feições claramente hierárquicas que posicionavam a França à cabeça dessa “família”. O “país das Luzes” seria, dessa forma, a “sumidade do grupo latino; sua protetora” (CHEVALIER, 1836, p. XII). A liderança francesa em relação aos povos latinos não somente da Europa, mas também da América se constituiria, conforme o autor, como a grande missão a ser exercida por seus políticos, letrados e mercadores, nos anos que se seguissem:

Nos eventos que parecem logo vir à tona, a parte da França, pode, pois, tornar-se grande. A França é depositária dos destinos de todas as nações do grupo latino nos dois continentes. Apenas ela pode impedir que essa família inteira de povos seja tragada pelo duplo transbordamento de Germânicos ou Saxões e Eslavos. Cabe a ela despertá-los da letargia em que estão mergulhados nos dois hemisférios, de elevá-los ao nível das outras nações, e de colocá-los em condições de figurar no mundo. Ela é chamada, talvez mais que todos os outros, a favorecer o desenvolvimento da vitalidade que parece se reanimar entre os árabes, e incentivar, por meio deles, o Extremo Oriente.

Assim a cena política, examinada do ponto de vista francês, oferece em segundo plano, à distância ainda, o contato das duas civilizações do Oriente e do Ocidente,

ao qual nós somos chamados a contribuir como intermediários, e, daqui em diante, [com] a educação pela França de todos os povos latinos, e de uma grande parte das populações árabes vizinhas do Mediterrâneo (CHEVALIER, 1836, p. XII-XIII).

Michel Chevalier apontava, portanto, para a existência de grandes possibilidades para os destinos da França nos acontecimentos que se aproximavam, especificamente por seu papel como “depositária dos destinos de todas as nações do grupo latino nos dois continentes”. Assim como era possível perceber em Michelet, a França era o único entre os países de origem latina capaz de despertar os membros dessa “família” de sua letargia e capacitá-los de maneira a que pudessem fazer frente às nações anglo-germânicas e eslavas. Da mesma maneira, a “terra das Luzes” era vista como “intermediária”, aqui não somente das sendas da modernidade, como em Michelet, mas das conexões entre Oriente e Ocidente, por meio de sua liderança sobre os povos latinos e da influência, também tratada pelo viajante, sobre os povos árabes. A proposição de Michelet é, no entanto, bastante ampliada na introdução de Chevalier, atribuindo características “latinas” não somente a países europeus, nomeadamente a Itália e Espanha, mas também às nações da “América do Sul”. Isso porque, nas palavras de Chevalier, “a França me parece chamada a exercer um benevolente e fecundo mecenato sobre os povos da América do Sul, que estão ainda longe de se bastarem a si mesmos” (CHEVALIER, 1836, p. XIII).

Entretanto, se os povos sul-americanos “não se bastavam a si mesmos”, a situação francesa, mesmo quando se arrogava um papel de liderança dos “povos latinos” não se apresentava também como minimamente confortável no concerto das potências europeias. Chevalier afirmava que, embora os latinos houvessem exercido, por muito tempo, sua hegemonia sobre os povos ocidentais, esse papel vinha sendo ocupado no início do século XIX pelas sociedades de origem anglo-saxônica não somente na Europa, mas também por seus descendentes no Novo Mundo. Na visão do autor, a tendência era que não somente essa preeminência se mantivesse, mas que inclusive se ampliasse. As novidades e inovações trazidos pelos povos de origem anglo-saxônica, longe de serem recusados pelos

latinos, deveriam, em oposição, ser incorporados em seu desenvolvimento. A capacidade de liderar as nações dessa “família” resultaria, por fim, na definição do papel, como protagonista ou coadjuvante, a ser ocupado pela França naquele momento e nas décadas futuras. Em suas palavras:

Nós, franceses, nós somos, de toda a família latina, os mais bem posicionados, os únicos bem posicionados, para assimilar esses progressos, modificando-os conforme as exigências de nossa natureza. Nós somos plenos de energia; nunca nossa inteligência foi mais aberta; nunca nossos corações bateram tanto por nobres empresas.

É indispensável que nós nos coloquemos à obra sem mais demora. É preciso, abstraindo-se toda concepção sobre a política universal e sobre o contato mais ou menos próximo das duas grandes civilizações. É para nós um mister e uma necessidade rigorosa, mesmo supondo-se que nos não tenhamos a transmitir aos Meridionais, dos quais nós somos os primogênitos, e aos povos que habitam o Leste do Mediterrâneo, os melhoramentos que sua situação reclama e que estão dispostos a receber de nós. Trata-se para nós mesmos, em nosso interior, de ser ou de não ser mais (CHEVALIER, 1836, p. XIV-XV).

Nesse sentido, ou a França assumiria o papel de liderar as nações “latinas” da Europa e da América na rota da “civilização” e do “progresso” universais, ou perderia, paulatinamente, espaço em um mundo dominado por anglo-saxões e eslavos. Tratava-se, nesse sentido, de “ser ou não ser” a principal potência “latina” do mundo. É importante destacar, nesse contexto, que a liderança francesa sobre os povos da América meridional apontava para uma multiplicidade de significados. Em primeiro lugar, ressaltaria a influência geopolítica francesa sobre uma parte considerável, em termos territoriais e de importância, do globo. Posteriormente, combateria a pretensa e possível hegemonia dos anglo-saxões da Europa e das Américas sobre seus rivais latinos dos dois lados do Atlântico. Por fim, exerceria seu poder sobre uma região estratégica para os projetos de interligação entre o Ocidente e o Oriente na América Central.

Parece importante destacar aqui que, este texto, teve como objetivo discutir somente uma das duas faces da moeda a respeito da construção da ideia de “latinidade” das Américas, partindo da perspectiva francesa sobre a questão ainda na década de 1830. Analisada por esse viés, a ideia de “latinidade” surge nas relações entre Europa e América por meio de uma concepção da existência de uma “família” linguística e cultural de origem “latina” permeada, de maneira ambígua, por identidades e alteridades. Da mesma maneira que a França, personificada pelo texto de Chevalier, enxergava um tronco comum entre os filhos de Roma nos dois continentes, predefinia uma hierarquia nessa relação, tanto quando se referia a suas “irmãs” europeias, como ao tratar das jovens repúblicas “latinas” da América. Liderar e, ao mesmo tempo, se apoiar sobre nações ainda não banhadas pelas “luzes” da “modernidade” nos dois continentes, em um mundo de avanço russo e, principalmente, anglo-saxão, significaria também garantir um lugar privilegiado para a França no quadro das nações mais importantes do mundo.

Por outro lado, é sempre importante destacar que a ideia de “América Latina” não se constituiu e não se constitui somente como uma criação imposta pelo olhar externo, mas também se estabeleceu, especialmente a partir das décadas seguintes, como peça identitária apropriada e ressignificada pelos próprios ibero-americanos como artefato de luta simbólica contra os “outros” americanos do continente: os anglo-saxões norte-americanos. Nessa ambiguidade, entre a imposição imperial e a denúncia anti-imperial, a ideia de “América Latina” sobrevive, em meio a suas próprias contradições, até os nossos dias, nos âmbitos da política e da cultura.

Referências

- AILLÓN SORÍA, E. La política cultural de Francia en la génesis y difusión del concepto *l'Amérique Latine*, 1860-1930. In: GRANADOS GARCÍA, A.; MARICHAL, C. (Org.). *Construcción de las identidades latino-americanas: ensayos de historia intelectual, siglos XIX y XX*. 2 ed. México: El Colegio de México, 2009.

- ARDAO, A. Genesis de la idea y el nombre América Latina. In: ARDAO, A. *América Latina y la latinidad*. México: UNAM, 1993.
- BETHELL, L. O Brasil e a ideia de ‘América Latina’ em perspectiva histórica. *Estudos históricos*, v. 22, n. 44, 2009, p. 289-321.
- BLOCH, M. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRANDALISE, C. “Ideia e concepção de latinidade nas Américas: a disputa entre as nações”. In: ORO, A. P. (Org.). *Latinidade da América Latina: enfoques socioantropológicos*. São Paulo: Hucitec, 2008.
- BRUTT, H. H. A invenção da América Latina. *Revista do Mestrado de História*, n. 5, p. 69-88, 2003.
- CALLOT, J.-P. Les polytechniciens et l’aventure saint-simonienne. *Bulletin de la Sabix*, n. 42, p. 40-51, 2008.
- CHEVALIER, M. *Religion Saint-Simonienne: Politique Industrielle/Système du Méditerranée*. Paris: Aux Bureaux du Globe, 1832.
- _____. *Lettres sur l’Amérique de Nord*. Paris: Libraire de Charles Gosselin et Cie., 1836. v. 1.
- _____. *Histoire et description des voies de communication aux États-Unis et des travaux d’art que en dépendent*. Paris: Libraire de Chales Gosselin, 1841. 2 v.
- D’EICHTHAL, G. *Les deux mondes*. Paris: Arthur Bertrand Libraire-Éditeur, 1836.
- DINIZ, D. C. B. O conceito de América Latina: uma visão francesa. *Calígrama*, n. 12, p. 129-148, 2007.
- ENFANTIN, B.-P. *Œuvres de Saint-Simon et de Enfantin publiées par les membres du conseil institué par Enfantin pour l’exécution de ses dernières volontés et précédées de deux notices historiques*. Paris : E. Dentu Éditeur, 1866. v. IX.
- FARRET, R. L. & PINTO, S. R. América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. *Topoi*, v. 12, n. 23, 2011, p. 30-42.
- FERES JUNIOR, J. *A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos*. Bauru: Edusc, 2005.
- FUNES, P. Del Mundus Novus al Novomundismo: algunas reflexiones sobre el nombre de América Latina. In: DAYRELL, E. G.; IOKOI, Z. G. (Org.). *América Latina contemporânea: desafios e perspectivas*. São Paulo; Rio de Janeiro: Edusp; Expressão e Cultura, 1996.

- GUINSBURG, J. Romantismo, Historicismo e História. In: GUINSBURG, J. (Org.). *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- HOBSBAWM, E. J. & RANGER, T. (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MICHELET, J. *Œuvres complètes de J. Michelet: Précis d'Histoire Moderne/ Introduction a l'Histoire Universelle*. Paris: Ernest Flammarion Éditeur, [s. d.].
- MIGNOLO, W. *La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2007.
- PHELAN, J. L. El origen de la idea de Latinoamérica (1965). In: ZEA, Leopoldo (Org.). *Fuentes de la cultura latinoamericana*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. v. 1.
- PRADO, M. L. C. Identidades latinoamericanas. AYALA MORA, E.; POSADA CARBÓ, E. (Org.). *Historia general de la América Latina*. Los proyectos nacionales latinoamericanos: sus instrumentos y articulación, 1870-1930. Paris: UNESCO; Editorial Trotta, 2008. v. VII.
- _____. A pena e a espada: a *Revue des Deux Mondes* e a intervenção francesa no México. *Vária História*, v. 30, n. 53, p. 613-630, 2014.
- _____. “Leitura política e circulação de ideias entre a França e as Américas: Francisco de Bilbao e a *Revue des Deux Mondes*”. In: BEIRED, J. L. B.; CAPELATO, M. H. R.; PRADO, M. L. C. (Org.). *Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas*. Assis; São Paulo: FCL-Unesp; LEHA-FFLCH-USP, 2010.
- QUIJADA, M. Sobre el origen y difusión del nombre América Latina (o una variación heterodoxa en torno de la construcción social de la verdad. *Revista de Indias*, v. LVIII, n. 214, p. 595-616, 1998.
- ROJAS MIX, M. Bilbao y el hallazgo de América Latina: unión continental, socialista y libertária. *Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien*, n. 46, p. 35-47, 1986.
- ROLLAND, D. *A crise do modelo francês: a França e a América Latina – cultura, política e identidade*. Brasília: Ed. UnB, 2005.
- ROMERO, V. Du nominal ‘latin’ pour l’Autre Amérique; notes sur la naissance et le sens du nom ‘Amérique Latine’ autour des années 1850. *HSAL*, n. 7, 1998, p. 57-86.

- ROUQUIÉ, A. *O Extremo-Occidente: introdução à América Latina*. São Paulo: Edusp, 1991.
- RUSS, J. *O socialismo utópico*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- SAID, E. W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SALIBA, E. T. *As utopias românticas*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.
- SANTOS JUNIOR, V. D. dos. *A trama das ideias: intelectuais, ensaios e construção de identidades na América Latina (1898-1914)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, FFLCH, São Paulo, 2013.
- SHOHAT, E. & STAM, R. *Crítica da imagem eurocêntrica*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- TENORIO TRILLO, M. América Latina: a ideia, mais uma vez. *Interseções*, v. 14, n. 2, 2012, p. 241-267.
- WILSON, E. *Rumo à Estação Finlândia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- YANG, J. H. *L'Orient de Saint-Simon et des saint-simoniens: une étude du discours (1825- 1840)*. Thèse (Doctorat d'Histoire) - Université Paris VIII, Paris, Saint-Denis, 2012.